



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

1

## ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE ITABAIANA

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues (Secretária), Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Francisco Carlos Firmino de Sousa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Valdevina Félix da Costa Pereira, Adalcídio Pereira Júnior e Zirley Maria Bezerra.

Jurisdição da Unidade de Trabalho	Caldas Brandão, Gurinhém, Ingá, Itabaiana, Juripiranga, Mogeiro, Pedras de Fogo, Pilar, Salgado de São Félix, São José dos Ramos e São Miguel de Taipu
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11.06.1992
Data de instalação	27.04.1993
Data da última correição	29 a 31.03.2016
Período de correição	27 a 29.03.2017

Aos 27 de março de 2017, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador-Corregedor **WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais relativos ao período de **16.03.2016** a **26.03.2017** em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 02/2017, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico do E. Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região - Corregedoria e enviado por correio eletrônico à Secretaria da Vara.



Presente o Ex.<sup>mo</sup> Juiz Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho de Itabaiana, em suas observações resultantes do exame dos processos em correição e na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos sistemas Hórus, e-Gestão, SAOPJE e SUAP referentes ao período de **1º.03.2016 a 28.02.2017 (12 meses)**, o Desembargador Corregedor constatou:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
HUMBERTO HALISON BARBOSA DE CARVALHO E SILVA	14.04.2014 (ATO TRT GP N.º 0146/2014)

#### 1.1.1 Afastamentos de Jurisdição do Juiz Titular - 1º.03.2016 a 28.02.2017- (fonte: SUAP)

Motivo	Normativo	Dias
Convocação TRT	Protocolo TRT n.º 07587/2016	05/04/2016 a 05/04/2016
Convocação TRT	Protocolo TRT n.º 07587/2016	26/04/2016 a 26/04/2016
Convocação TRT	Protocolo TRT n.º 9667/2016	31/05/2016 a 31/05/2016
Convocação TRT	ATO GP n.º 158/2016	27/06/2016 a 27/07/2016
Convocação TRT	Protocolo TRT n.º 12926/2016	26/07/2016 a 26/07/2016
Convocação TRT	Protocolo TRT n.º 15091/2016	25/08/2016 a 25/08/2016
Convocação TRT	Protocolo TRT n.º 15091/2016	30/08/2016 a 30/08/2016
Férias	Protocolo TRT n.º 24871/2015	05/09/2016 a 04/10/2016
Convocação TRT	Protocolo TRT n.º 18538/2016	13/10/2016 a 13/10/2016
Capacitação	Protocolo TRT n.º 18746/2016	18/10/2016 a 21/10/2016
Convocação TRT	Protocolo TRT n.º 18538/2016	25/10/2016 a 25/10/2016
Férias	Protocolo TRT n.º 16788/2016	23/01/2017 a 21/02/2017

#### 1.1.2 Afastamentos de Jurisdição dos Juízes Volantes (1º.03.2016 a 28.02.2017)

(fonte: SUAP)

ALBÉRICO VIANA BEZERRA		
Motivo	Normativo	Período



Férias	Protocolo TRT n.º 24871/2015	01/06/2016 a 30/06/2016
Licença médica	Protocolo TRT n.º 16206/2016	19/09/2016 a 20/09/2016
Licença médica	Protocolo TRT n.º 16206/2016	21/09/2016 a 23/09/2016
Capacitação	Ato TRT EJUD n.º 12/2016	05/10/2016 a 08/10/2016
Férias	Protocolo TRT n.º 24871/2015	13/10/2016 a 11/11/2016
Capacitação	Protocolo TRT n.º 17001/2016	09/01/2017 a 25/01/2017
Férias	Protocolo TRT n.º 16788/2016	26/01/2017 a 24/02/2017

**FLÁVIA ROBERTA FARIAS DA COSTA ASSUNÇÃO**

<b>Motivo</b>	<b>Normativo</b>	<b>Período</b>
Licença médica	Protocolo TRT n.º 4845/2016	13/03/2016 a 11/04/2016
Licença médica	Protocolo TRT n.º 6807/2016	12/04/2016 a 10/06/2016
Férias	Protocolo TRT n.º Nº 24871/15	11/06/2016 a 10/07/2016
Licença médica	Protocolo TRT n.º 11831/2016	11/07/2016 a 15/07/2016
Licença médica	Protocolo TRT n.º 12478/2016	16/07/2016 a 12/08/2016

**FLÁVIO LONDRES DA NÓBREGA**

<b>Motivo</b>	<b>Normativo</b>	<b>Período</b>
Férias	Protocolo TRT n.º 24871/2015	18/04/2016 a 17/05/2016
Capacitação	Protocolo TRT n.º 14431/2015	20/08/2016 a 20/08/2016
Capacitação	Protocolo TRT n.º 14431/2015	22/08/2016 a 22/08/2016
Capacitação	Protocolo TRT n.º 14431/2015	26/08/2016 a 27/08/2016
Férias	Protocolo TRT n.º 24871/2015	17/10/2016 a 15/11/2016

**FRANCISCO XAVIER DE ANDRADE FILHO**

<b>Motivo</b>	<b>Normativo</b>	<b>Período</b>
Férias	Protocolo TRT n.º 24871/2015	04/04/2016 a 03/05/2016
Compensação Férias Ato 125	Protocolo TRT n.º 04589/2016	01/09/2016 a 02/09/2016
Compensação Férias Ato 125	Protocolo TRT n.º 04589/2016	05/09/2016 a 06/09/2016
Compensação Férias Ato 125	Protocolo TRT n.º 04589/2016	08/09/2016 a 09/09/2016
Compensação Férias Ato 125	Protocolo TRT n.º 04589/2016	12/09/2016 a 16/09/2016
Férias	Protocolo TRT n.º 20261/2015	03/10/2016 a 01/11/2016

**LUIZ ANTÔNIO MAGALHÃES**

<b>Motivo</b>	<b>Normativo</b>	<b>Período</b>
Compensação Férias Ato 125	Protocolo TRT n.º 3019/2016	21/03/2016 a 22/03/2016
Férias	Protocolo TRT n.º 24871/2015	28/03/2016 a 26/04/2016



Férias	Protocolo TRT n.º 24871/2015	27/04/2016 a 26/05/2016
Capacitação	Protocolo TRT n.º 10024/2016	17/06/2016 a 17/06/2016
Licença médica	Protocolo TRT n.º 16782/2016	26/09/2016 a 04/10/2016
Capacitação	ATO EJUD n.º 11/2016	05/10/2016 a 08/10/2016
Capacitação	Protocolo TRT n.º 18746/2016	18/10/2016 a 18/10/2016
Capacitação	Protocolo TRT n.º 18746/2016	20/10/2016 a 20/10/2016

<b>RENATA MARIA MIRANDA SANTOS</b>		
<b>Motivo</b>	<b>Normativo</b>	<b>Período</b>
Férias	Protocolo TRT n.º 24871/2015	04/04/2016 a 03/05/2016
Férias	Protocolo TRT n.º 24871/2015	12/09/2016 a 11/10/2016
Férias	Protocolo TRT n.º 16788/2016	30/01/2017 a 28/02/2017

## 1.2 Assiduidade do Magistrado Titular e Juízes Substitutos Volantes

Não há registro de inassiduidade ou manifestações dessa ocorrência, na Ouvidoria e Corregedoria, acerca do magistrado titular, tampouco em relação aos Juízes Substitutos que eventualmente atuaram nesta Unidade durante o período correccionado.

## 1.3 Servidores lotados na Unidade

A Vara do Trabalho de Itabaiana atualmente conta com **07** servidores, assim nominados: (fonte: CAPPE)

<b>Servidor</b>	<b>Cargo/Função</b>	<b>Data lotação</b>
Aguinaldo Rodrigues dos Santos	Técnico Judiciário - Assistente de Juiz Titular	21/11/2006
Francisco de Assis Queiroz	Técnico Judiciário - Diretor de Secretaria	22/04/2014
Giselle Tavares de Pinho Dore Marques	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Titular	20/12/2016
Jane Amaral Albuquerque Guedes	Analista Judiciário - Assistente IV	26/04/1993
José Gilvani Viana Neves	Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal	17/11/1998
Manoel Adilson Fernandes	Analista Judiciário - Oficial de Justiça	15/03/2010



Coutinho	Avaliador Federal	
Maricelma Apolinária da Silva	Requisitada - Assistente IV	10/01/2014

Quanto à forma de trabalho, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada adota a divisão de tarefas por faixa processual, no SUAP e no Pje-JT. Não participa desta distribuição a assistente do Juiz, que responde por caixas específicas no Pje-JT, a exemplo de minutar decisão, julgamento e atividades correlatas no Sistema SUAP, dentro do setor gabinete.

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (fonte: e-Gestão)

A Vara do Trabalho de Itabaiana contava, **em 28/02/2017**, com um acervo processual de **779** processos, assim distribuídos:

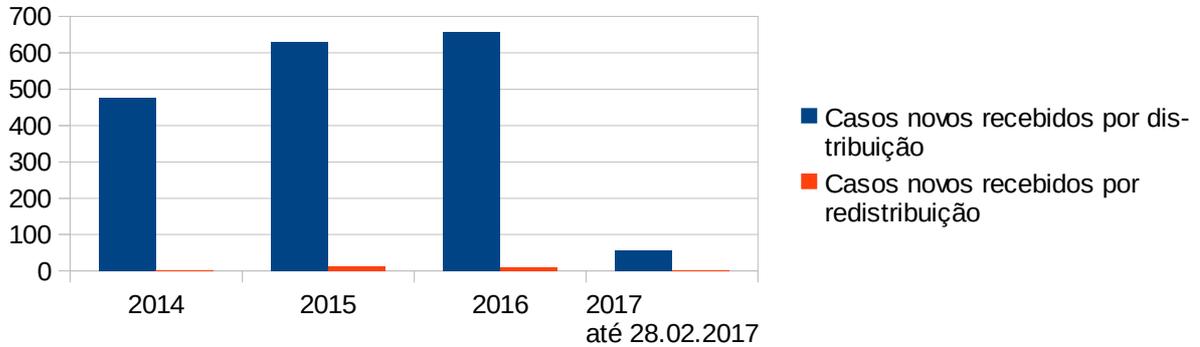
Item	Quantidade
Fase de conhecimento	354
Fase liquidação	10
Fase de execução	387
Cartas precatórias e de ordem	28

### 2.1 Fase de conhecimento (fonte: e-Gestão)

#### 2.1.1 Casos novos

Em relação ao último triênio, a Unidade correicionada apresenta a seguinte movimentação processual:

Item	2014	2015	2016	2017 até 28.02.2017
Casos novos recebidos por distribuição	477	631	658	57
Casos novos recebidos por redistribuição	3	12	11	1
<b>TOTAL</b>	<b>480</b>	<b>643</b>	<b>669</b>	<b>58</b>

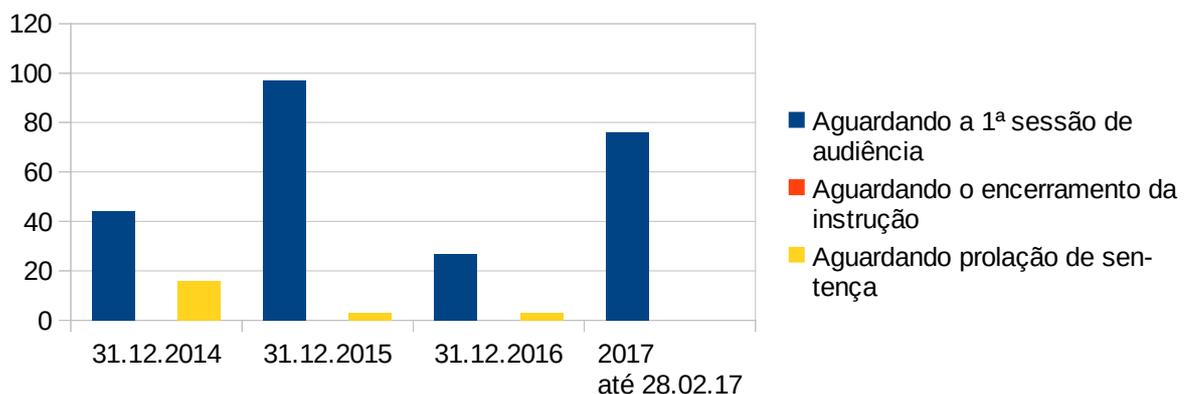


Dos casos novos recebidos pela Unidade correicionada no exercício de 2014, **102** processos foram de tramitação preferencial; em 2015, **217** processos; em 2016, **205** processos e em 2017 até 28.02 a Unidade recebeu **16** processos.

### 2.1.2 Pendentes de solução – (fonte: e-Gestão)

Quanto aos processos para os quais não foi proferida decisão, a Unidade apresenta a seguinte movimentação processual:

Item	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2016	2017 até 28.02.17
Aguardando a 1ª sessão de audiência	44	97	27	76
Aguardando o encerramento da instrução	12	38	30	30
Aguardando prolação de sentença	16	3	3	-
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>138</b>	<b>60</b>	<b>106</b>





O Desembargador Corregedor enaltece o empenho da Unidade que, no ano de 2016, em muito reduziu o número de processos pendentes de solução em relação ao ano anterior, e recomenda a continuidade dos esforços para que a prática se repita no curso de 2017.

### 2.1.3 Pendentes de finalização (Fonte: E-Gestão)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles que já receberam uma decisão, mas que ainda impactam a Unidade.

\* Consideram-se finalizados:

- na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.
- na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.
- na fase de execução: os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

Item	2014	2015	2016	2017 (até 28.02.17)	Variação (%)		
					2014/2015	2015/2016	2016/2017
Fase de conhecimento	343	296	322	354	- 13,70	8,78%	9,23%
Fase de liquidação	1	16	16	10	1500%	-	- 37,5%
Fase de execução	256	283	378	387	-10,54%	33,56%	2,3%

## 3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE

### 3.1 Panorama das audiências

A Unidade realiza audiências às terças e quartas-feiras.

As últimas audiências marcadas em processos do rito sumaríssimo e do rito ordinário foram:



Sumaríssimo	Ordinário
26.04.2017	26.04.2017

\* RTSum 0000123-57.2017.5.13.0020

\*\* RTOrd 0000122-72.2017.5.13.0020

### 3.1.1 Processos aguardando inclusão em pauta

A Unidade não apresenta pendência de processos a incluir em pauta, prática enaltecida pelo Desembargador Corregedor e recomendada a continuidade.

### 3.1.2 Audiências realizadas – período correicionado (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	2017 até 28.02
Inicial	34	-	-	-
Instrução	46	67	227	1
Julgamento	1	2	-	-
Una	596	753	973	9
Conciliação Conhecimento	45	56	4	1
Conciliação Execução	47	99	92	-
<b>TOTAL</b>	<b>769</b>	<b>977</b>	<b>1.296</b>	<b>11</b>

Durante o período correicionado, foram convertidos em diligência **17** processos, dos quais **05** em razão de proferimento de sentença líquida.

### 3.1.3 Audiências adiadas *sine die* (Fonte: Pje-JT)

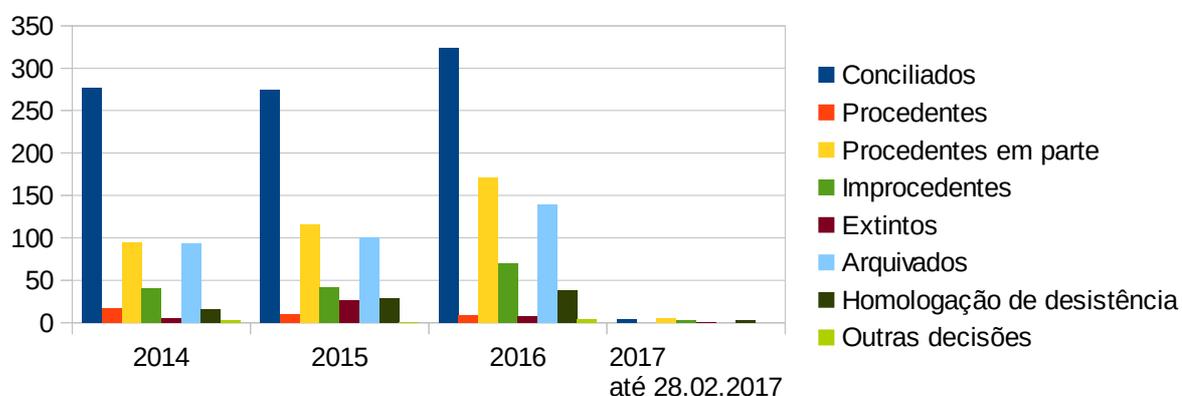
Processo	Justificativa
0130360-53.2015.5.13.0020	Realização de perícia
0000699-84.2016.5.13.0020	Aguarda pronunciamento do INSS
0000558-65.2016.5.13.0020	Aguarda cumprimento de CPI

### 3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	2017 até 28.02.2017
Conciliados	277	275	324	4



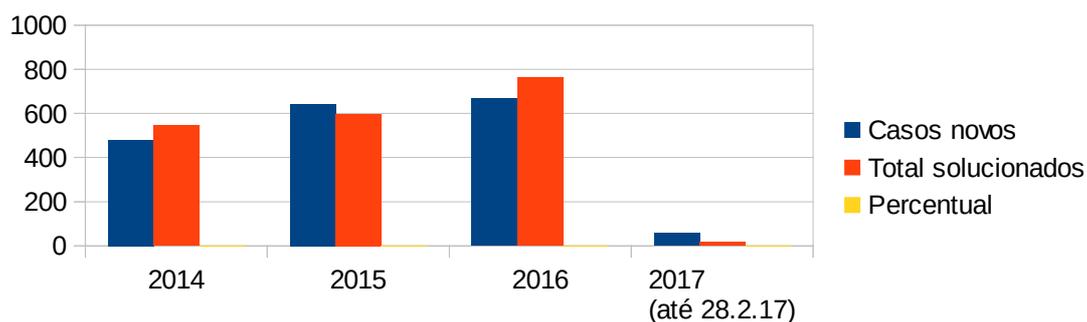
Procedentes	17	10	9	-
Procedentes em parte	94	116	171	5
Improcedentes	41	42	70	3
Extintos	5	26	7	1
Arquivados	93	100	139	-
Homologação de desistência	16	28	38	3
Outras decisões	3	1	4	-
<b>TOTAL</b>	<b>546</b>	<b>598</b>	<b>762</b>	<b>16</b>



O Desembargador Corregedor enaltece o empenho da Unidade, que a cada ano vem aumentando o quantitativo de processos solucionados.

### 3.2.1 Índice de solução x casos novos (Fonte: e-Gestão)

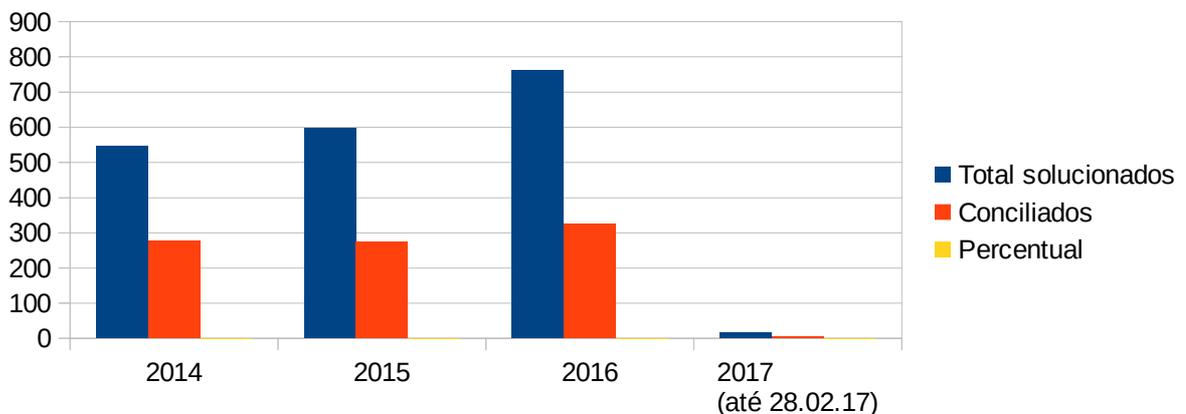
Item	2014	2015	2016	2017 (até 28.2.17)
Casos novos	480	643	669	58
Total solucionados	546	598	762	16
<b>Percentual</b>	<b>113,75%</b>	<b>93,00%</b>	<b>113,90%</b>	<b>27,58%</b>





### 3.2.2 Índice de conciliados x solucionados (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	2017 (até 28.02.17)
Total solucionados	546	598	762	16
Conciliados	277	275	324	4
<b>Percentual</b>	<b>50,73%</b>	<b>45,98%</b>	<b>42,52%</b>	<b>25,00%</b>



### 3.2.3 Produtividade do magistrado titular – solucionados (Fonte: e-Gestão)

Magistrado Titular Período 1º. 03.2016 a 28.02.2017	Com exame do mérito					Sem exame do mérito				Total Solu- ciona- dos	Dias úteis trabalha- dos	Média solução por dia trabalha- do
	Concilia- ções	Sentenças				Ext	Arq	Desis- tência	Outras decisões			
		P	PP	Imp	Ext							
Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva	178	8	124	40	1	4	84	20	3	<b>462</b>	263	1,76

P – procedente; PP – procedente em parte; Imp – improcedente ; Ext – extinto; Arq- arquivado

### 3.2.4 Produtividade dos Juizes substitutos volantes – solucionados (Fonte: e-Gestão)

Período 1º. 03.2016 a 28.02.2017	Com exame do mérito					Sem exame do mérito				Total Solu- ciona- dos	Dias úteis trabalha- dos	Média solução por dia trabalhado
	Conciliações	Sentenças				Ext	Arq	Desis- tência	Outras decisões			
		P	PP	Imp	Ext.							
Albérico Viana Bezerra	45	-	9	2	-	-	17	6	-	<b>79</b>	198	0,4



Flávia Roberta Farias da Costa Assunção	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	28	0,04
Flávio Londres da Nóbrega	8	-	5	7	-	-	15	2	-	37	151	0,25
Francisco Xavier de Andrade Filho	-	-	9	3	-	-	-	-	-	12	144	0,08
Luiz Antônio Magalhães	20	-	8	11	-	2	5	-	-	46	116	0,4
Renata Maria Miranda Santos	1	-	1	3	-	-	1	-	-	6	33	0,18

### 3.2.5 Incidentes julgados - Magistrado titular e volantes (Fonte: e-Gestão)

Incidentes julgados 1º.03.2016 a 28.02.2017	Antecipação de Tutela	Embargos de Declaração	Embargos à execução	Total
<b>JUIZ TITULAR</b>				
Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva	45	52	11	108
<b>JUIZES VOLANTES</b>				
Albérico Viana Bezerra	4	-	-	4
Flávio Londres da Nóbrega	6	1	1	8
Francisco Xavier de Andrade Filho	4	-	-	4
Luiz Antônio Magalhães	3	5	-	8

### 3.3 Produtividade do magistrado titular – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS (1º.03.2016 a 28.02.2017)				
Realizadas	Instrução	169		
	Una	557		
	<b>Total</b>	<b>726</b>		
	Conciliação	Fase de conhecimento	3	
		Fase de execução	31	
	<b>Total de audiências realizadas</b>	<b>760</b>		

**3.4 Índice de congestionamento – fase de conhecimento** (fonte: TRT13 em números)

Item	2014	2015	2016
Processos de conhecimento baixados	360	605	726
Casos novos de conhecimento	480	643	658
Casos pendentes de conhecimento	343	296	121
Taxa de congestionamento	56%	35%	7%

Ressalta-se o procedimento elogiável da Unidade, que vem reduzindo, significativamente, a taxa de congestionamento na fase de conhecimento.

**3.5 Incidentes Processuais** (Fonte: e-Gestão)

Item		2014	2015	2016	2017 (até 28.03.17)
<b>Embargos de declaração</b>	Recebidos	6	41	67	4
	Baixados	29	47	64	6
	<b>Pendentes</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
<b>Antecipação de tutela</b>	Recebidos	15	60	50	4
	Baixados	15	56	52	4
	<b>Pendentes</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Impugnação à sentença de liquidação</b>	Recebidos	0	1	1	0
	Baixados	2	1	0	0
	<b>Pendentes</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Embargos à Execução</b>	Recebidos	14	12	12	5
	Baixados	18	11	12	1
	<b>Pendentes</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>6</b>
<b>Exceção pré executividade</b>	<b>Recebidos</b>	1	-	2	1
	Baixados	1	-	1	0
	<b>Pendentes</b>	<b>0</b>	-	<b>1</b>	<b>1</b>

É de se destacar ter a Unidade correicionada informado que o quadro de incidentes não mais espelha a realidade das pendências existentes na Vara, já que o número de incidentes não baixados foi reduzido, posteriormente ao lançamento dos dados no e-Gestão.

**3.6 Recursos interpostos** (fonte Hórus)



<b>PERÍODO: 1º.03.2016 a 28.02.2017</b>				
<b>Item</b>	<b>Novos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Não recebidos</b>	<b>Pendentes</b>
Recurso ordinário	121	112	10	120
Recurso adesivo	7	6	-	15
Agravo de petição	12	9	4	21
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>127</b>	<b>14</b>	<b>156</b>

Observa-se que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, de acordo com o Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.

### **3.7 Fase de execução** (fonte: e-Gestão)

<b>Item</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017 (até 28.02.17)</b>
Execuções pendentes	199	181	224	282
Execuções iniciadas	126	251	261	22
Execuções de título extrajudicial	4	-	-	-
Execuções encerradas	105	192	203	8
Processos arquivados provisoriamente	68	33	33	4
Total de processos pendentes de execução	181	224	282	295

O total de processos que tramita na execução (**295**) até 28.02.2017 é superior ao verificado na correção anterior, quando foram contabilizados (**257**) processos, havendo um acréscimo de **14,78%**.

### **3.8 Cartas precatórias** (Fonte: e-Gestão)

<b>Item</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017 até 28.02.17</b>
Recebidas	69	72	88	13
Devolvidas	92	73	83	12
Pendentes de devolução	22	22	27	28



#### 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

##### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	2017 até 28.02.17
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo	30,25	22,23	29,05	40
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo	45,92	24,65	25,41	42,50
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	15,15	12,07	21,48	-
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	24,18	16,7	29,14	50,60
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	44,71	36,15	48,37	40
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	61,39	45,02	55,17	74,57
Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo	8,46	12,73	8,90	16
Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo	10,78	12,32	13,30	20,6
Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo	42,4	40,54	50,52	69,6
Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo	74,32	50,24	58,96	73,28

##### 4.2 Duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c)

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal para o quinquênio 2015-2020, mais especificamente em relação ao “Indicador 03”, que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença),



temos os seguintes números, considerando o ano-base de **2016: 50** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **61** dias para os submetidos ao rito ordinário, apresentando um total para os dois ritos de **57** dias, segundo dados do Sistema Hórus.

Esse número, embora se encontre abaixo da média atual das Unidades de 1ª instância da 13ª Região, que é de **99** dias, é superior ao desempenho da Vara correicionada no ano de **2015**, que foi de **43** dias para o rito sumaríssimo e de **51** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, apresentando um total para os dois ritos de **49** dias.

#### 4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2014	2015	2016	2017 (até 28.02.2017)
Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo	10,17	5,13	12,48	21,5
Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo	5,09	4,88	17,64	16,3

#### 4.4 FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2014	2015	2016	2017 até 28.02.2017
Do início até o encerramento da execução – ente privado	514,52	552,06	230,76	468,75
Do início ao encerramento da execução – ente público	557,75	854,50	529,14	-

Quanto aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal para o quinquênio **2015-2020**, mais especificamente em relação ao “Indicador 03”, que mede o **tempo médio de duração do processo na fase de execução** (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução), temos os seguintes números relativos a **2016: 279** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **252** dias para os submetidos ao rito ordinário, apresentando um total para os dois ritos de **257** dias, segundo dados do Sistema Hórus.



Em relação ao exercício de **2015**, o tempo médio de duração do processo do início da fase até o encerramento da execução foi de **687** dias para o rito sumaríssimo e **563** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, apresentando um total para os dois ritos de **584** dias, segundo dados do Sistema Hórus.

## 5. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS (R\$)					
Item	Sistema	2014	2015	2016	2017 até 28.2.17
Acordo	SUAP (legado)	192.288,80	35.400,71	-	-
	PJe-JT	800.484,97	1.666.135,50	1.393.755,86	230.884,88
Espontâneo	SUAP (legado)	68.703,59	150.473,70	103.184,72	-
	PJe-JT	5.020,52	140.311,06	41.351,74	14.593,60
Execução	SUAP (legado)	158.182,74	117.795,56	37.867,14	4.929,70
	PJe-JT	13.251,16	263.798,10	464.432,21	178.040
<b>TOTAL</b>		<b>1.237.931,78</b>	<b>2.373.914,63</b>	<b>2.040.591,67</b>	<b>428.448,30</b>

ARRECADAÇÕES (R\$)					
Item	Sistema	2014	2015	2016	2017 até 28.02.17
Custas processuais	SUAP (legado)	7.399,11	2.549,31	1.831,37	-
	PJe-JT	10.344,79	25.709,62	22.338,86	5.450,61
Contribuição previdenciária	SUAP (legado)	41.807,40	49.264,63	75.393,80	-
	PJe-JT	59.911,69	154.436,17	218.443,83	7.609,93
Imposto de renda	SUAP (legado)	-	-	-	-
	PJe-JT	-	-	1.110,39	1.940,57
<b>TOTAL</b>		<b>119.462,99</b>	<b>231.992,14</b>	<b>319.118,25</b>	<b>15.001,11</b>
Custas processuais dispensadas	SUAP (legado)	26.430,46	3.999,28	960,27	680,00
	PJe-JT	48.147,23	131.827,26	247.441,46	3.523,12
<b>TOTAL</b>		<b>74.577,69</b>	<b>135.826,54</b>	<b>248.401,73</b>	<b>4.203,12</b>

## 6. DILIGÊNCIAS - NÚMERO E PRAZO PARA CUMPRIMENTO

Verificou-se que, no período correicionado, foram realizadas **1.106** diligências - **266**



no SUAP e **840** no sistema PJe-JT - por **02** oficiais de justiça avaliadores federais e **01** oficial de justiça *ad hoc* lotado na Unidade. Em termos de média simples, tem-se registrada uma média mensal de **92,16** diligências, distribuídas nos **12** meses objeto da correição atual.

O Diretor da Vara correicionada informou que a distribuição das diligências é efetuada de forma automática pelo Sistema SUAP, verificando o peso atribuído pelo sistema e no PJe-JT, é realizada por município. Após o cumprimento das diligências, cada Oficial encarrega-se de retirar a pendência de cada distribuição. Informou, por fim, que a produtividade dos oficiais de justiça é alimentada no SUAP.

No período correicionado anterior, 12 meses (1º de março de 2015 a 29 de fevereiro de 2016), foram realizadas **1.369** diligências, o que resultou em uma média de **114,08** diligências por mês.

A produtividade dos oficiais de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 008/2013, apresenta-se assim demonstrada, no período correicionado, no SUAP e SAOPJe:

<b>QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO SUAP</b>				
<b>OFICIAL DE JUSTIÇA</b>	<b>PESO</b>	<b>DILIGÊNCIAS REALIZADAS</b>	<b>TOTAL (PESO)</b>	<b>PRAZO MÉDIO PARA CUMPRIMENTO (EM DIAS)</b>
<b>Aguinaldo Rodrigues dos Santos</b> <i>ad-hoc</i>	0	2	0	1,48
	20	13	260	5,7
	30	1	30	17,91
	<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>290</b>	-
<b>José Gilvani Viana Neves</b>	0	21	0	22,69
	20	161	3.220	10,74
	30	2	60	17,61
	<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>3.280</b>	-
	0	19	0	1,16
	10	8	80	0,02



<b>Manoel Adilson Fernandes Coutinho</b>	20	33	660	0,59
	30	5	150	7,99
	50	1	50	0,02
	<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>940</b>	<b>-</b>

<b>QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO SAOPJE</b>		
<b>OFICIAL DE JUSTIÇA</b>	<b>DILIGÊNCIA</b>	<b>REALIZADAS</b>
<b>Aguinaldo Rodrigues dos Santos</b> <i>ad-hoc</i>	Mandado	1
	Notificação	8
	<b>TOTAL</b>	<b>9</b>

<b>José Gilvani Viana Neves</b>	Mandado	31
	Notificação	318
	Ofício	15
	<b>TOTAL</b>	<b>364</b>

<b>Manoel Adilson Fernandes Coutinho</b>	Mandado	40
	Notificação	422
	Ofício	5
	<b>TOTAL</b>	<b>467</b>

## **7 DE MAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)**

### **7.1 Exaurimento das iniciativas do juiz para tornar exitosa a execução**

Nos processos analisados, constata-se que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso das ferramentas eletrônicas que buscam tornar exitosa a execução, utilizando-se, regularmente, os seguintes convênios:

<b>Item</b>	<b>Sistema</b>	<b>Quantidade</b>
BACENJUD	SUAP	25
	PJe	219
	<b>TOTAL</b>	<b>244</b>
RENAJUD	SUAP	11
	Pje	23



	<b>TOTAL</b>	<b>34</b>
INFOJUD	SUAP	13
	Pje	8
	<b>TOTAL</b>	<b>21</b>
BNDT	Processos com registro de dados	239
	Processos com inclusão de devedor	197
	Processos com exclusão de devedor	68
	Processos com devedores inscritos	289
	<b>TOTAL</b>	<b>793</b>

Ainda, verificou-se que a Unidade procede ao registro fidedigno dos principais atos processuais praticados, mormente liquidação de sentença, quitação, liberação do depósito recursal em favor do reclamante, a pedido ou de ofício, após o trânsito em julgado da reclamação trabalhista.

## 8 DOS PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados **130** processos por amostragem, dos quais **30** tramitam no sistema SUAP e **100** no sistema PJe-JT, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **08** despachos correicionais em processos do PJe-JT e **03** em processo do SUAP.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos, com comunicação à Secretaria da Corregedoria.

## 9 METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

<b>Meta 1/2016 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior – Meta cumprida</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>94,00%</b>
Unidade Correicionada	<b>113,00%</b>

<b>Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>88,00%</b>



Unidade Correicionada	<b>24,00%</b>
-----------------------	---------------

Para efeito de controle da **Meta 1/2017** foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **57** casos novos (por distribuição) e **14** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **24,00%**. A Unidade não vem alcançando a referida Meta.

<b>Meta 2/17 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015 - Meta cumprida.</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>56,00%</b>
Percentual de julgamento da Vara correicionada calculado sobre 90% dos processos distribuídos e não solucionados até 31.12.2015	<b>106%</b>

Importante destacar que a Unidade vem cumprindo a meta com um alto índice (**106%**), superior à média do TRT (**56,00%**), pelo que se incentiva a continuidade do elogiável trabalho da Unidade.

<b>Meta 3 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais</b>	
IPC – Índice de processos conciliados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>84,00%</b>
Unidade Correicionada	<b>56,00%</b>

Verifica-se que, muito embora a Unidade não venha atingindo a meta, o índice de conciliação é bastante satisfatório.

<b>Meta 5/2016 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>97,00%</b>
Unidade Correicionada	<b>89,00%</b>

A Unidade correicionada não alcançou o cumprimento da meta, conforme dados extraídos do sistema Hórus, no entanto tem atingido um excelente índice de produção.



<b>Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>46,00%</b>
Unidade Correicionada	<b>42,00%</b>

A Unidade não vem atingindo a meta.

## **10 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE**

Registra o Desembargador Corregedor que, segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a Vara do Trabalho de Itabaiana vem buscando contribuir para o alcance das metas do Planejamento Estratégico institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição, construído em maio/2015.

## **11 RECOMENDAÇÕES**

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico que tem pautado os trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomendações:

### **Ao Juiz Titular que:**

- a) continue a efetivar a ordem de inclusão da parte executada e seus sócios no BNDT, conforme estabelecido no §1º-A do art. 1º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;
- b) continue a incluir processos da fase de execução em pautas de audiência de conciliação, a fim de dar efetividade às decisões exequendas e reduzir o acervo processual dessa fase;
- c) realize inspeção ordinária anual em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado deste Regional;
- d) adotar providências visando à redução dos prazos na fase de conhecimento;
- f) adotar a praxe de fazer constar dos termos de conciliação, conforme o caso, o valor do débito previdenciário.



**Ao Diretor de Secretaria da Vara que:**

- a) antes do arquivamento provisório dos autos, emita certidão atestando a inexistência de depósito judicial/recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor, conforme modelo constante no anexo IV da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de forma a evitar que o ocorrido no processo 0130208-39.2014.5.13.0020, que se encontra em arquivo provisório sem a devida certidão;
- b) mantenha a conduta rotineira de acompanhamento dos relatórios fornecidos pelo e-Gestão no site do TST e, também, pelo sistema Hórus, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade;
- c) monitore, no sistema PJe-JT, os agrupadores e as tarefas “Análise de conhecimento” e “Análise de execução”, objetivando mantê-las sem processos e subpastas, em razão da sua natureza transitória, dando prosseguimento de imediato ao feito;
- d) adote as providências necessárias quanto à correta remessa dos recursos ordinários interpostos nos autos das ações civis públicas, ações civis coletivas, ações de cumprimento e execuções de ajuste de conduta, conforme estabelece o Ato-Conjunto TRT GP/SCR nº 01/2016;
- e) controle diariamente o recebimento de correspondências eletrônicas (e-mail e malote digital);
- f) observe o inteiro teor do Provimento TRT SCR 003/2017, para fins de lançamento de eventuais sentenças líquidas;
- g) adote a prática de observar nos processos do PJe-JT, quando da protocolização dos incidentes processuais, para fins estatísticos, o tipo de documento indicado pela parte, de forma a evitar o ocorrido no Processo 0130658-45.2015.5.13.0020, no qual foi lançado o tipo “Documento Diverso” quando da interposição do “recurso ordinário” (Id ec57db1);
- g) recomenda, por fim, ao Sr. Diretor de Secretaria que, no processo 0130055-06.2014.5.13.0020 seja procedida, através do “Lançador de movimentos” do Pje, à alteração da petição do tipo “embargos à Execução” (Id.d7b9a09) para o tipo “natureza diversa”, de forma a dar baixa no incidente, apresentado em duplicidade e



que continua a impactar a estatística da Unidade desde 13.10.2014.

h) proceda à análise do quantitativo de recursos ordinários pendentes, constantes no relatório do sistema Hórus, a fim de identificar eventuais inconsistências e saneá-las;

**Aos servidores da Vara que:**

a) procedam à certificação do trânsito em julgado em tempo hábil, de forma a evitar o ocorrido no processo 0130175-49.2014.5.3.0020;

b) cumpram os despachos exarados nos processos que tramitam na Unidade de forma imediata;

c) realizem a triagem dos processos, verificando a conformidade dos dados cadastrados pelo advogado no sistema PJe-JT com aqueles constantes da petição inicial, retificando-os, se for o caso, nos termos do § 3º do art. 26 da Resolução CSJT nº 136/2014.

d) procedam à conferência dos assuntos do processo e classe processual, quando da triagem inicial ou por ocasião da primeira audiência;

e) nos processos que tramitam no PJe-JT, observem o correto lançamento das decisões de antecipação de tutela, de forma a evitar lançamento equivocado do resultado do incidente;

e) procedam ao correto e imediato lançamento dos pagamentos efetuados aos reclamantes em virtude de acordo, evitando que se deixe de lançar qualquer pagamento, como ocorrido no Processo 0130692-20.2015.5.13.0020;

g) registrem corretamente os depósitos judiciais e os pagamentos efetuados, seja pelo valor integral do crédito exequendo, seja de parcelas de acordo, recolhimentos de custas processuais, de contribuição previdenciária e de imposto de renda.

h) dispensem maior atenção quando da autuação de reclamações a termo, evitando o ocorrido no Processo 0000687-70.2016.5.13.0020, que traz certidão de conformidade, equivocada (os assuntos lançados de forma incompleta) e ainda menciona juntada de procuração;

i) abstenham-se de realizar intimação por edital quando constar do feito indicação de endereço postal, de forma a evitar o ocorrido no Processo 0000687-70.2016.5.13.0020;

j) dispensem maior atenção quando da liberação de valores às partes, evitando o



ocorrido no Processo 0130332-22.2014.5.13.0020, em que o exequente recebeu quantia superior ao seu crédito;

## 12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desembargador Corregedor destaca os excelentes resultados alcançados para fins de cumprimento das Metas 1/2016 e 2/2017 do CNJ, de **113%** e **106%**, respectivamente, motivo pelo qual parabeniza a equipe e espera igual desempenho até o final deste exercício.

Registra um ótimo índice de conciliação alcançado no período correicionado (**39,34%**), mantendo-se bem acima da média do Regional (**30,53%**), o que revela a habilidade do magistrado titular na pacificação dos conflitos sociais submetidos à sua apreciação, privilegiando, dessa forma, os princípios da economia e celeridade processual, inclusive, merecendo destaque que, no triênio (**2014/2016**) a Vara apresenta, um considerável crescimento em relação ao quantitativo de processos solucionados.

Ressalta o bom desempenho da Unidade correicionada, no exercício anterior, em relação ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (**57 dias**), o qual se encontra bem abaixo da média da situação atual das Unidades de 1ª instância (**99 dias**).

Não obstante destaque a diminuição do tempo médio de duração do processo na fase de execução de **584** dias, no exercício de 2015, para **257** dias, no ano de 2016, o Corregedor constata um sutil aumento no quantitativo de processos que tramita na fase de execução, de **257**, na correição anterior, para **295**, no atual período, pelo que recomenda a canalização de esforços na busca da solução de mais processos nessa fase, de forma a assegurar, no final deste exercício, o cumprimento da Meta 5 do CNJ, que ora vem a Unidade apresentando apenas o índice de **56%**.

## 13 VISITA CORRECIONAL

O Desembargador-Corregedor visitou a Vara do Trabalho de Itabaiana, oportunidade em que conversou com o magistrado titular e servidores, orientando-os quanto às



melhores práticas e colhendo críticas e sugestões para a melhoria dos serviços, notadamente o da prestação jurisdicional.

#### **14 AGRADECIMENTOS**

O Desembargador Corregedor agradece ao Juiz Titular, Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva, ao Diretor de Secretaria, Francisco de Assis Queiroz, aos servidores, Aguinaldo Rodrigues dos Santos, Giselle Tavares de Pinho Dore Marques, Jane Amaral Albuquerque Guedes, José Gilvani Viana Neves, Manoel Adilson Fernandes Coutinho e Maricelma Apolinária da Silva, pelo tratamento cordial durante os trabalhos de correição.

#### **15 ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor encerra os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, lavrei a presente ata assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor que deixa fixado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações. A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria.

Itabaiana, 29 de março de 2017.

**WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**

Desembargador Corregedor